

---

# Tratado de Lisboa

## A Europa rumo ao século XXI



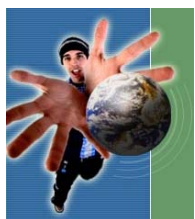
Centro de Informação  
Europeia Jacques Delors  
DGAE/Ministério dos Negócios Estrangeiros





# O Caminho do Tratado de Lisboa

## Índice



1. Os países da União Europeia

2. Os principais Tratados Europeus

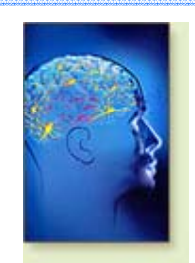
3. Porquê um novo Tratado?

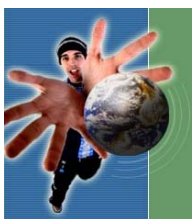
4. As Decisões do Tratado de Lisboa:

- Mais eficácia
- Mais democracia
- Mais transparência
- Melhor política externa
- Mais segurança
- Novas políticas



5. A entrada em vigor do Tratado





# 1. Os países da UE

1951

1973

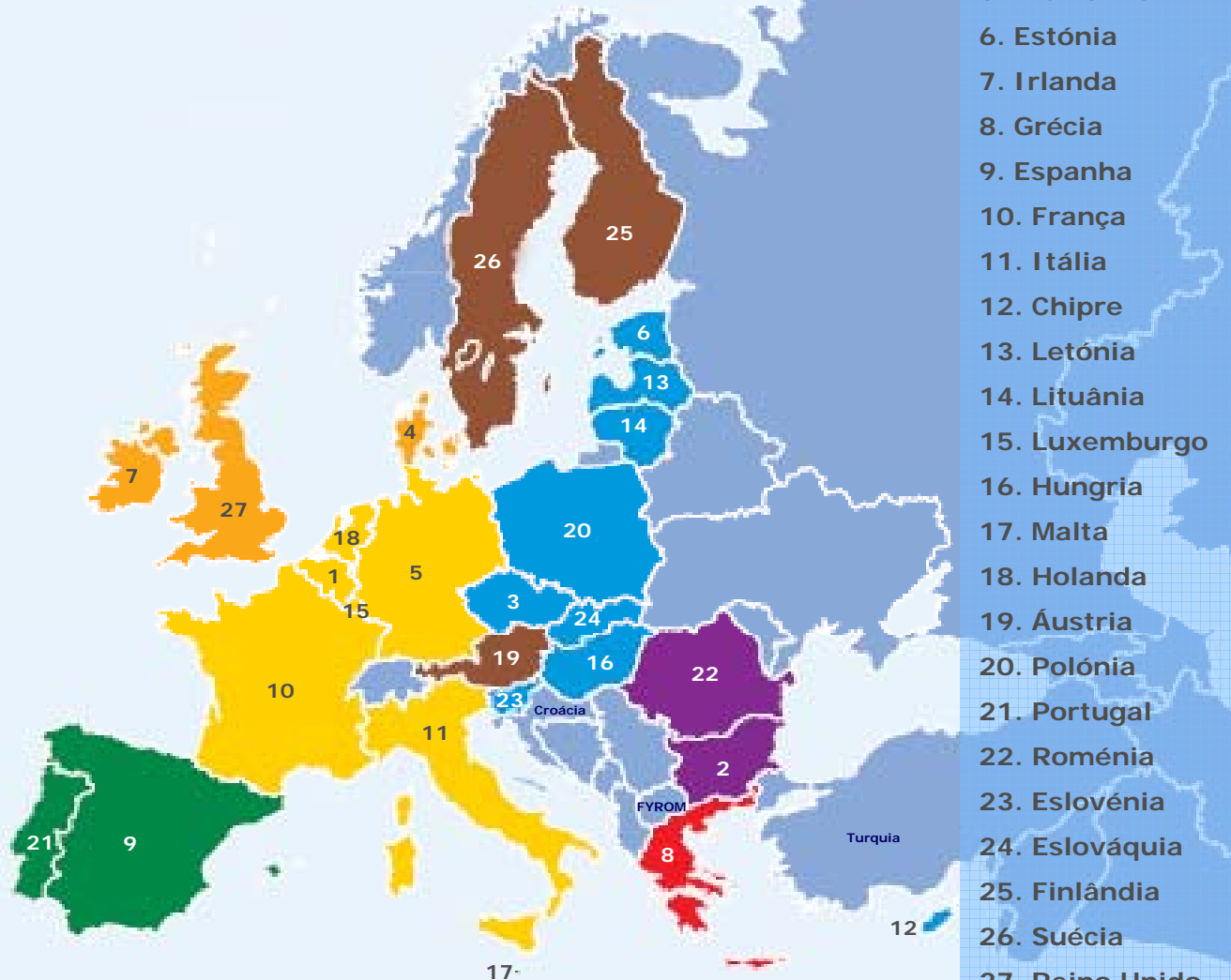
1981

1986

1995

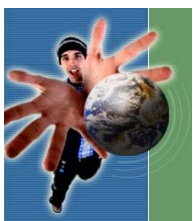
2004

2007



1. Bélgica
2. Bulgária
3. República Checa
4. Dinamarca
5. Alemanha
6. Estónia
7. Irlanda
8. Grécia
9. Espanha
10. França
11. Itália
12. Chipre
13. Letónia
14. Lituânia
15. Luxemburgo
16. Hungria
17. Malta
18. Holanda
19. Áustria
20. Polónia
21. Portugal
22. Roménia
23. Eslovénia
24. Eslováquia
25. Finlândia
26. Suécia
27. Reino Unido

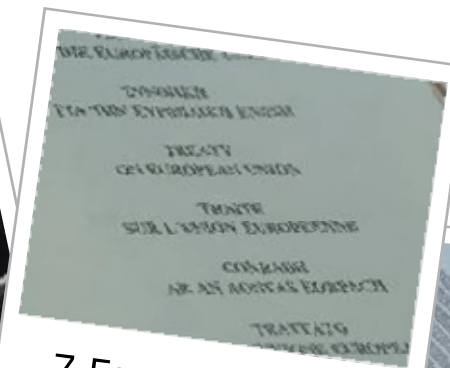
## 2. Os principais Tratados



18 Abril 1951  
Paris



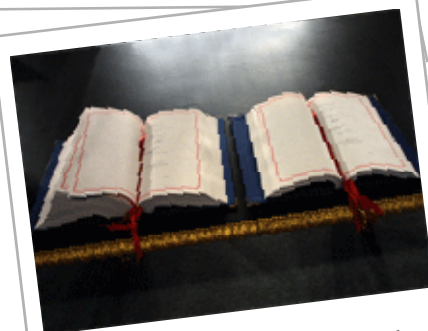
25 Março 1957  
Roma



7 Fevereiro 1992  
Maastricht



2 Outubro 1997  
Amesterdão



26 Fevereiro 2001  
Nice



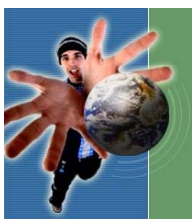
29 Outubro 2004  
Roma\*



13 Dezembro 2007  
Lisboa

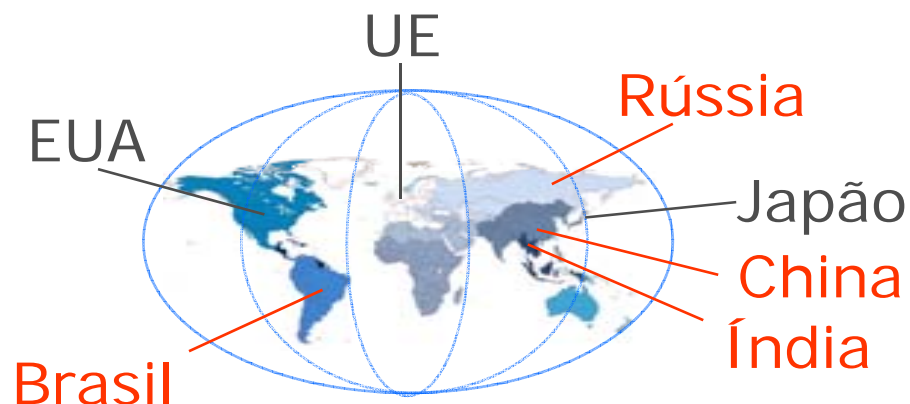
\* Tratado Constitucional não entrou em vigor



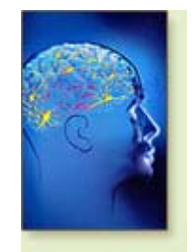
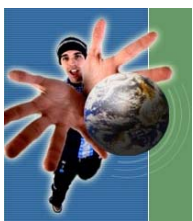


### 3. Porquê um novo Tratado?

1. Globalização: aumento da concorrência  
interacção a nível global



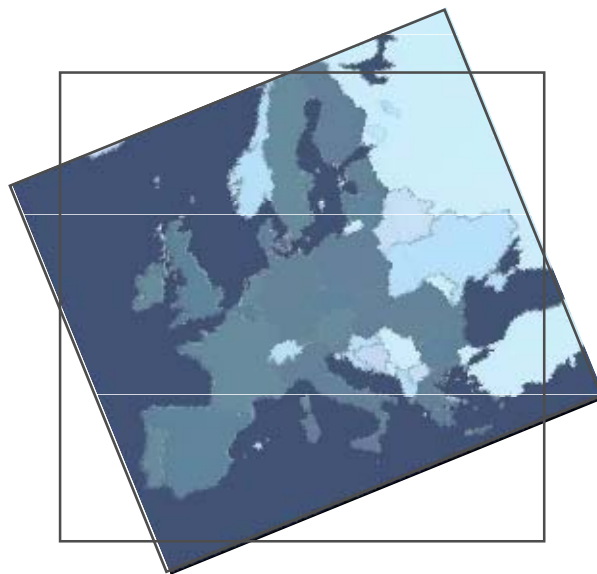
2. Aumento do Número de Estados-Membros e, consequente, aumento da complexidade da Tomada de Decisões em muitas matérias
3. Necessidade de aproximar a Europa dos cidadãos
4. Resposta aos novos desafios do século XXI



## 4. As decisões do Tratado

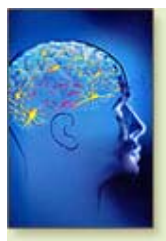
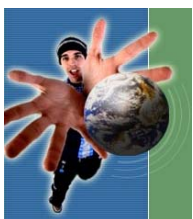
A União Europeia passa a ser uma identidade única, dotada de personalidade jurídica.

Não se fala mais em Comunidades Europeias, mas sim em União Europeia.



## 4. As decisões do Tratado





## 4. As decisões do Tratado

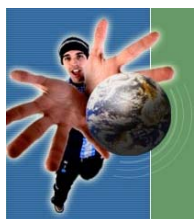
### Mais Eficácia, como?



A criação de um novo quadro institucional: a estrutura actual tem de satisfazer as necessidades da UE a 27.

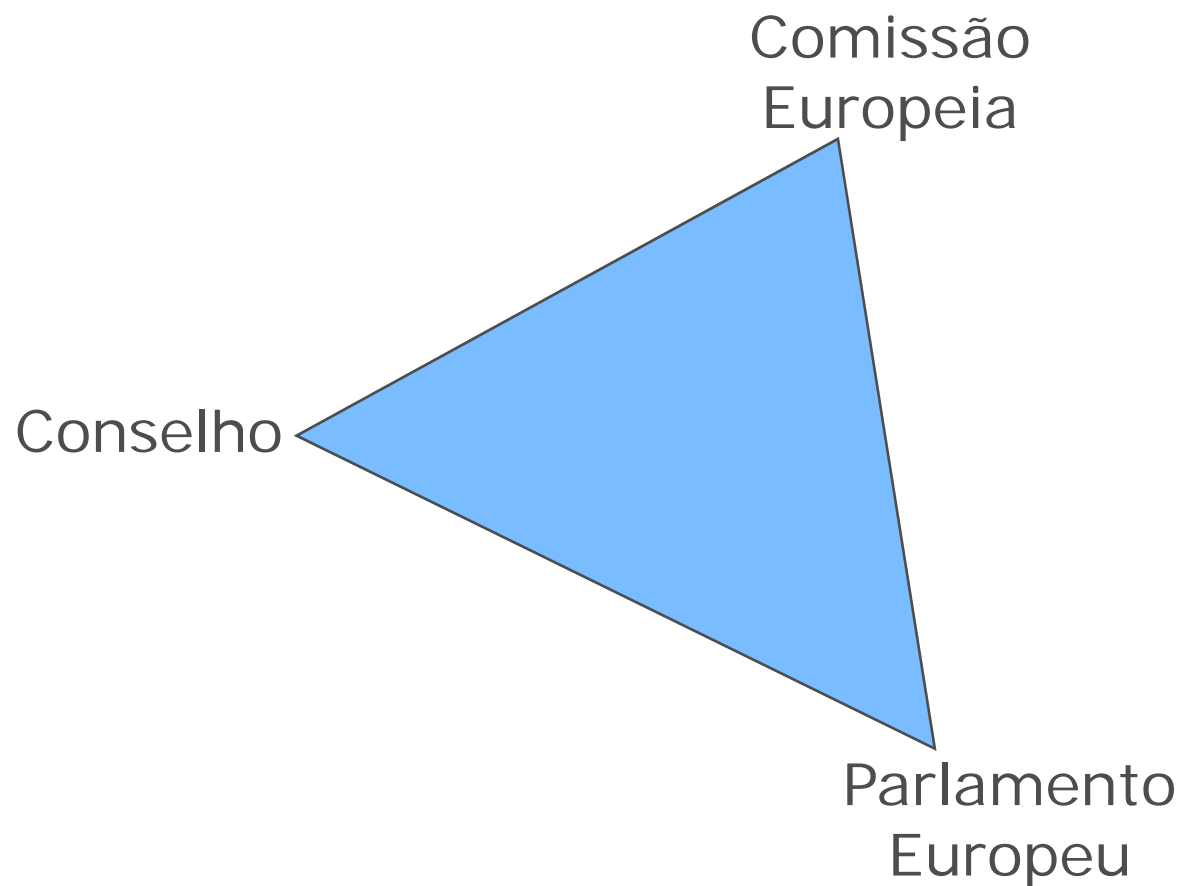
- Simplificação do processo de tomada decisão;
- O Presidente do Conselho Europeu passa a ser nomeado por 2 anos e meio;
- Em termos de Política Externa: maior coerência e eficácia.





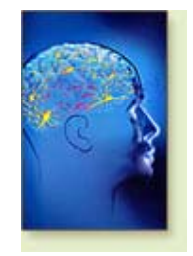
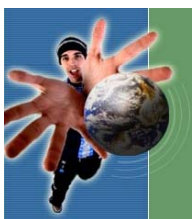
## 4. As decisões do Tratado

O novo quadro institucional



Centro de Informação  
Europeia Jacques Delors  
DGAE/Ministério dos Negócios Estrangeiros





## 4. As decisões do Tratado



O novo quadro institucional  
– Parlamento Europeu

2009-2014

736 Deputados

Eleitos de 5 em 5 anos (sufrágio  
universal directo)

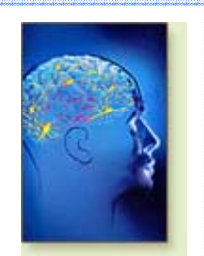
Organizados em grupos políticos

Poderes:

**Político** (exerce um controlo político sobre o conjunto das Instituições)

**Legislativo** (adopta legislação comunitária – Regulamentos, directivas.  
Decisões pareceres, em co-decisão com o Conselho)

**Orçamental** (aprova o orçamento da UE em conjunto com o Conselho)



## 4. As decisões do Tratado

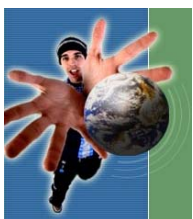


O novo quadro institucional  
– Parlamento Europeu

O Tratado:

- **reforça** os poderes em matéria legislativa, orçamental e de aprovação de acordos internacionais;
- **fixa** o número de deputados europeus em 751 (750 mais o presidente);
- **estabelece** o princípio da proporcionalidade degressiva, ou seja, os deputados dos países mais populosos representarão um número maior de cidadãos do que os dos países menos populosos;
- **estipula** que o número de deputados por Estado-Membro não pode ser inferior a **6** nem superior a **96**.

Portugal manterá os 22 Deputados no Parlamento Europeu



## 4. As decisões do Tratado



O novo quadro institucional  
– Conselho da União Europeia

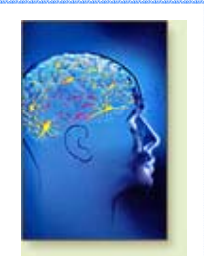
### Conselho

- 1 Ministro por cada Estado-Membro de acordo com o assunto a debater (ex. ministros da agricultura, ambiente, finanças, etc.);
- Cada Estado-Membro exerce a Presidência do Conselho por um período de seis meses, numa base rotativa.

### Funções:

- É o principal **órgão de tomada de decisões** da UE;
- **Órgão Legislativo** da União em conjunto com o PE;
- Coordenação das **políticas económicas gerais** dos Estados-Membros;
- Partilha a **autoridade orçamental** com o Parlamento Europeu;
- Celebra **acordos internacionais** entre a União e outros Estados ou Organizações Internacionais





## 4. As decisões do Tratado

### O novo quadro institucional – Conselho da União Europeia

O Conselho continuará a partilhar as funções legislativas e orçamentais com o Parlamento Europeu e conservará um papel central em matéria de política externa e de segurança comum (PESC) e de coordenação das políticas económicas.

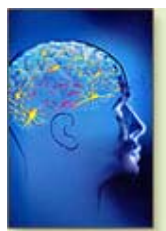
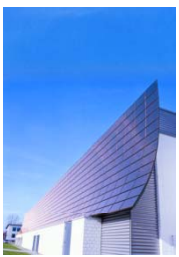
Alterações ao nível do **processo de decisão**:

- Generaliza-se a co-decisão com o PE (Processo de Legislação Ordinário) sendo o voto por maioria qualificada alargado a mais domínios (por exemplo, imigração e cultura);
- A alteração do cálculo da maioria qualificada, consiste na dupla maioria dos Estados-Membros e da população.

**A partir de 2014**

**Aprovação**

o voto favorável de 55 % dos Estados-Membros  
representando um mínimo de 65% da população da UE



## 4. As decisões do Tratado



Edifício Justus Lipsius, Bruxelas

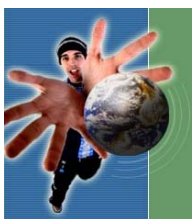
### O novo quadro institucional – Conselho Europeu

O Conselho Europeu:

- reúne os **Chefes de Estado e de Governo** da União Europeia e o **Presidente da Comissão**;
- define as orientações políticas gerais da União Europeia.

Com o Tratado:

- **adquire** estatuto de Instituição da União, com a função de definir as políticas gerais da UE;
- será liderado por um **Presidente**, escolhido pelo próprio Conselho Europeu, por maioria qualificada, por um mandato de 2 anos e meio, renovável uma vez, que deverá assegurar maior continuidade na acção da UE e maior visibilidade externa.



## 4. As decisões do Tratado

O novo quadro institucional  
– Comissão Europeia

2009-2014



Comissão Barroso

27 Comissários

Nomeados pelos governos  
dos 27 Estados-Membros

Mandato de 5 anos

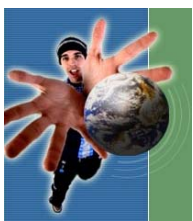
Sede em Bruxelas

Funções:

**Direito de Iniciativa** (apresenta propostas de legislação);

**Poder Executivo** (da Legislação, do Orçamento e das políticas da UE);

**Guardião dos Tratados** (zela pelo direito comunitário).



## 4. As decisões do Tratado



O novo quadro institucional  
– Comissão Europeia

O Tratado prevê que:

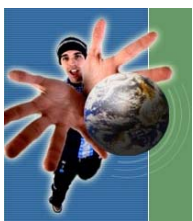
- Um dos **Vice-Presidentes** da Comissão será o Alto-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que exercerá um papel de coordenação geral da actuação externa da UE.

A partir de 2014

- Composição reduzida:  $\frac{2}{3}$  dos Estados-Membros;
- Membros escolhidos com base numa **rotação igualitária**

O Conselho Europeu de Dezembro de 2008, tendo em consideração as preocupações do povo irlandês, acordou que a Comissão continuará a ser constituída por um nacional de cada um dos Estados-Membros.





## 4. As decisões do Tratado

### Mais Democracia, como?



Instituições mais abertas e novas oportunidades para que os cidadãos europeus façam ouvir a sua voz, através:

- "**direito de iniciativa popular**", 1 milhão de cidadãos europeus poderão lançar uma iniciativa europeia;
- os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu adquirem novas competências em matéria de controlo democrático (**mecanismo de alerta rápido**);
- a **Carta dos Direitos Fundamentais** assegura a protecção dos direitos dos cidadãos europeus.



## 4. As decisões do Tratado



### A Carta dos Direitos Fundamentais da UE

Reunir num texto único o conjunto de direitos dos Cidadãos europeus!

#### Quais os objectivos?



Preservar e desenvolver os valores comuns



Colocar o Ser Humano no cerne da acção da União Europeia



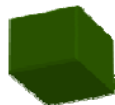
Respeitar a diversidade das diferentes culturas e tradições



Respeitar a identidade nacional dos Estados-Membros



Promover um desenvolvimento equilibrado e duradouro

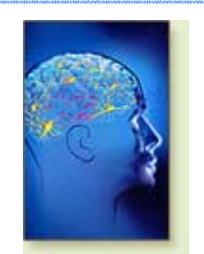


Assegurar a liberdade de estabelecimento

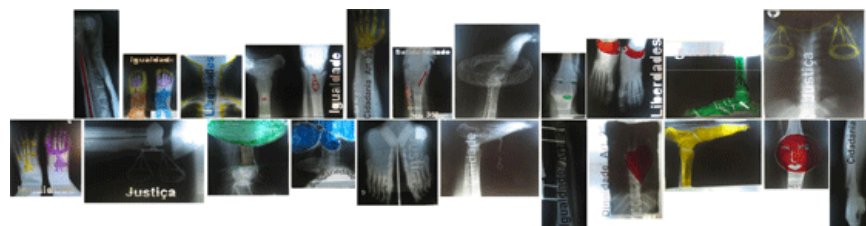


Assegurar a livre circulação (pessoas, bens, serviços, capitais)





## 4. As decisões do Tratado



### A Carta dos Direitos Fundamentais da UE

#### Capítulo I

##### Dignidade

##### Artigos

Exº *Artº 2* "Ninguém pode ser condenado à morte, nem executado"

#### Capítulo IV

##### Solidariedade

##### Artigos

Exº *Artº 33* "É assegurada a protecção da família nos planos jurídico, económico e social"

#### Capítulo II

##### Liberdades

##### Artigos

Exº *Artº 10* "Todas as pessoas têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião"

#### Capítulo V

##### Cidadania

##### Artigos

Exº *Artº 45* "Qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros"

#### Capítulo III

##### Igualdade

##### Artigos

Exº *Artº 20* "Todas as pessoas são iguais perante a lei"

#### Capítulo VI

##### Justiça

##### Artigos

Exº *Artº 47* "Toda a pessoa cujos direitos e liberdades garantidos pelo direito da União tenham sido violados, tem direito a acção perante um tribunal"





## 4. As decisões do Tratado

### Mais Transparência, como?

- O Tratado de Lisboa coloca ênfase não só no "*que*" mas também no "*como*";
- Estabelece uma repartição mais clara de competências entre o nível europeu e os níveis nacionais, para clarificar quem faz o quê;
- As posições defendidas pelos Governos nacionais no Conselho de Ministros que deliberam sobre actos legislativos passarão a estar sujeitas ao escrutínio público, porque são públicas.





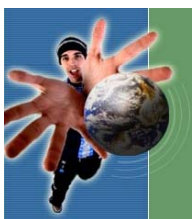


## 4. As decisões do Tratado

### Melhor Política Externa, como?



- A Europa terá uma Política Externa mais coerente e eficaz;
- O Tratado cria o cargo de **Alto-Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança**:
  - reúne **numa só pessoa** as tarefas hoje desempenhadas pelo Alto Representante para a PESC e pelo Comissário Europeu responsável pelas Relações Externas;
  - será simultaneamente representante do **Conselho** e Vice-presidente da **Comissão** Europeia.
- O reforço das competências do “Alto Representante” para as Relações Externas e a Segurança contribuirá para que a União seja mais eficaz no resto do mundo;
- A personalidade jurídica da União Europeia irá habilitá-la a actuar como uma única entidade e permitir-lhe-á assinar acordos internacionais.

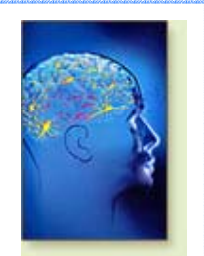


## 4. As decisões do Tratado

### Mais Liberdade, Segurança e Justiça como?



- O compromisso de se definir uma política de imigração e um regime de asilo comuns a toda a Europa;
- Maior eficácia no combate ao terrorismo e às redes criminosas, prevenção da criminalidade, imigração clandestina e tráfico de seres humanos;
- A introdução de uma cláusula de solidariedade permite aos Estados-Membros prestar apoio recíproco em caso de atentado terrorista ou de ocorrência de catástrofes;
- Colaboração mais eficaz entre os Tribunais dos Estados-Membros.

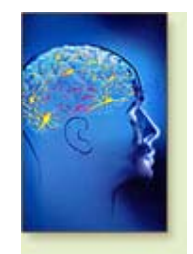
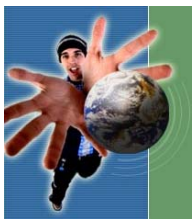


## 4. As decisões do Tratado

### Novas políticas, quais?

- A consagração do objectivo de combater as alterações climáticas;
- A introdução de novas disposições sobre a política energética – promoção da eficiência e poupança energética e o desenvolvimento de energias novas e renováveis;
- A introdução de uma cláusula social geral - que obriga a que as questões sociais (promoção de um nível elevado de emprego, protecção social adequada, luta contra a exclusão social, etc.) sejam tidas em conta quando da definição e aplicação de todas as políticas;
- Novas disposições prevendo políticas europeias em domínios como o espaço, o turismo, o desporto e a protecção civil.





## 5. A entrada em vigor do Tratado

O Tratado de Lisboa foi ratificado pelos 27 Estados-Membros

### Ratificação

#### Via parlamentar

##### Pelos Deputados

eleitos  
democraticamente pelo povo

#### Referendo

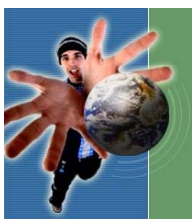
##### Pelos Cidadãos

“O referendo só tem efeito vinculativo  
quando o número de votantes for  
superior a metade dos eleitores  
inscritos no recenseamento”

Artº115º nº11 da  
Constituição da República Portuguesa







## 5. A entrada em vigor do Tratado

### Ratificação

[http://europa.eu/lisbon\\_treaty/countries/index\\_pt.htm#](http://europa.eu/lisbon_treaty/countries/index_pt.htm#)

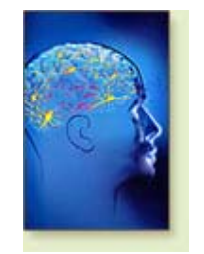
#### Via parlamentar

Alemanha	Hungria
Áustria	Itália
Bélgica	Letónia
Bulgária	Lituânia
Chipre	Luxemburgo
Dinamarca	Malta
Eslováquia	Países Baixos
Eslovénia	Polónia
Espanha	<b>Portugal</b>
Estónia	Reino Unido
Finlândia	República Checa
França	Roménia
Grécia	Suécia

#### Referendo

Irlanda

**Data de entrada em vigor**  
**1 de Dezembro de 2009**



## 6. Sites Relevantes

★ **Ministério dos Negócios Estrangeiros**  
[www.mne.gov.pt](http://www.mne.gov.pt)

★ **União Europeia**  
[www.europa.eu/lisbon\\_treaty/index\\_pt.htm](http://www.europa.eu/lisbon_treaty/index_pt.htm)

★ **Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal**  
[www.parleurop.pt](http://www.parleurop.pt)

★ **Representação da Comissão Europeia em Portugal**  
[http://ec.europa.eu/portugal/comissao/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/portugal/comissao/index_pt.htm)

★ **Centro de Informação Europeia Jacques Delors**  
<http://dossiers.eurocid.pt/tratadodelisboa>  
[www.aprendereuropa.pt](http://www.aprendereuropa.pt)

